

P. DE LEI N.º 101, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.
Gabinete do Prefeito

“Regulamenta no Município de Victor Graeff a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA prevista na Lei Federal n.º 6.938/81 e Lei Estadual n.º 13.761/2011, e dá outras providências.”

Art. 1º. Nos termos inciso III do art. 3º da Lei Estadual n.º 13.761/2011, compete a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS, em cooperação com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA-RS e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis IBAMA, integrar e atualizar o Cadastro Técnico Estadual e o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais das pessoas físicas ou jurídicas que exercem as atividades descritas no Anexo VIII da Lei Federal n.º 6.938/81, e alterações posteriores, no município de Victor Graeff, sem prejuízo na criação de seu próprio Cadastro Técnico Municipal.

§ 1º. O município de Victor Graeff firmará Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA-RS, estabelecendo as regras de cooperação e delegação de competência para a fiscalização, controle, manutenção e atualização do Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais no âmbito do município de Victor Graeff.

§ 2º. Os recursos arrecadados com as multas recolhidas pelo município por falta do Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais das pessoas físicas ou jurídicas que exercem as atividades no município de Victor Graeff, em virtude do Acordo de Cooperação Técnica previsto no § 1º, serão destinados:

- I - Programas de educação e fiscalização ambiental;
- II - Estruturação e implementação de sistemas, programas e projetos ambientais;
- III - Capacitação dos servidores e agentes do órgão ambiental municipal;
- IV - Compra de materiais, equipamentos e veículos destinados ao controle, fiscalização e monitoramento ambiental.

§ 3º. Deverá a SMMADS exigir para expedição de Licença de Operação de atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, comprovante de inscrição da pessoa física ou jurídica no Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e o respectivo pagamento da TCFA - Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental, definida no art. 3º desta Lei.

§ 4º. Até a implementação do Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais pela SEMA-RS e a respectiva assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, para atendimento ao inciso III do art. 3º da Lei Estadual n.º 13.761/2011, será exigido pela SMMADS para expedição de Licença de Operação para as atividades e empreendimentos sujeitas ao licenciamento ambiental apenas o pagamento da TCFA - Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental definida no art. 3º desta Lei.

Art. 2º. Para os fins desta Lei adota-se as definições de microempresa, empresa de pequeno, médio e grande porte, constantes no art. 5º da Lei Estadual nº 13.761/2011.

Art. 3º. Fica instituído a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do município de Victor Graeff – TCFA- Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia ambiental, conferido pela Constituição Federal e legislação em vigor à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SMMADS, para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, conforme estabelece legislação Federal, Estadual e Municipal.

§ 1º. A TCFA - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental será devida no último dia útil de cada trimestre do ano civil, nos valores fixados no Anexo Único desta Lei, e o recolhimento será efetuado ao Fundo Municipal Pró-Defesa do Meio Ambiente por meio de documento próprio de arrecadação até o terceiro dia útil do mês subsequente.

§ 2º. O sujeito passivo da TCFA - Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental é obrigado a entregar até o dia 31 de março de cada ano relatório das atividades exercidas no ano anterior, cujo modelo será definido pela SMMADS, para o fim de colaborar com os procedimentos de controle e fiscalização.

§ 3º. O relatório de que trata o parágrafo anterior, deverá ser anexado ao processo administrativo de licenciamento ambiental da atividade ou empreendimento, devendo constar esta obrigação na Licença de Operação em vigor.

§ 4º. O descumprimento da providência determinada no § 1º sujeita o infrator à multa equivalente a vinte por cento da TCFA - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental devida, sem prejuízo da exigência desta.

Art. 4º. É sujeito passivo da TCFA - Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental todo aquele que exerça as atividades constantes no Anexo VIII da Lei Federal nº 6.938/81 e alterações posteriores.

Art. 5º. A TCFA - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental é devida por estabelecimento e os valores são os fixados no Anexo Único desta Lei, equivalente 50% (cinquenta por cento) do valor devido à Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA, conforme definido pela Lei Federal nº 6.938/81 e alterações posteriores e pela Lei Estadual nº 13.761/2011 em seu artigo 13.

§ 1º. A Tabela do Anexo Único desta Lei será reajustada por Decreto Municipal, para manutenção da isonomia tributária e a proporcionalidade do tributo quando da alteração dos valores da TCFA pela União estabelecida no anexo IX da Lei Federal nº 6.938/81.

§ 2º. Caso o estabelecimento exerça mais de uma atividade sujeita à fiscalização, pagará a taxa de controle e fiscalização ambiental relativamente a apenas uma delas, pelo valor daquela de maior potencial poluidor, conforme previsão legal da Lei Federal nº 6.938/81 e alterações posteriores e Lei Estadual nº 13.761/2011.

§ 3º. O potencial de poluição (PP) e o grau de utilização (GU) de recursos naturais de cada uma das atividades sujeitas à fiscalização encontram-se definidos no Anexo VIII da Lei Federal nº 6.938/81 e alterações posteriores.

§ 4º. Os valores pagos a título de TCFA - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental constituem crédito para compensação como valor devido a SEMA-RS, a título de Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental relativamente ao mesmo período de cobrança.

§ 5º. Com a finalidade de simplificar o pagamento da TCFA-IBAMA, TCFA-RS e da TCFA - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, poderá a SMMADS firmar Acordo de Cooperação Técnica, ou qualquer outro documento com a SEMA-RS ou IBAMA, com a finalidade de emissão de um único documento de cobrança para pagamento das taxas citadas.

Art. 6º. Os sujeitos passivos do pagamento da TCFA - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental que não cumprirem com os prazos determinados estarão sujeitos a ações de administrativas de cobrança, podendo incorrer em dívida pública e demais sanções previstas na legislação atual.

Art. 7º. São isentos do pagamento da TCFA - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, conforme regulamento da Lei Federal nº 6.938/81 e alterações posteriores, e da Lei Estadual nº 13.761/2011:

I – órgãos públicos federais, estaduais e municipais e demais pessoas jurídicas de direito público interno;

II – entidades filantrópicas, desde que aprovadas pelo órgão competente;

III – aquelas que pratiquem agricultura de subsistência.

Art. 8º. A TCFA - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental não recolhida nos prazos e nas condições estabelecidas nesta Lei será cobrada com os seguintes acréscimos:

I – juros de mora, na via administrativa ou judicial, contados do mês seguinte ao do vencimento, à razão de um por cento;

II – multa de mora de vinte por cento, reduzida a dez por cento se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao do vencimento;

III – encargo de vinte por cento, substitutivo da condenação do devedor em honorários de advogado, calculado sobre o total do débito inscrito como Dívida Ativa, reduzido para dez por cento se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da execução.

Parágrafo único. Os juros de mora não incidem sobre o valor da multa de mora.

Art. 9º. Os recursos arrecadados com a TCFA - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental serão destinados a atividades de controle e fiscalização ambiental do Município, por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SMMADS, conforme determina as Leis Federais nº 6.938/81 e nº 11.284/2006 e Lei Estadual nº 13.761/2011.

Parágrafo único. A totalidade dos recursos arrecadados no ano anterior deverá constar no orçamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente do ano seguinte, exclusivamente para as atividades de controle de fiscalização ambiental da SMMADS.

Art. 10. Os valores recolhidos à União, Estado e aos Municípios, a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento e venda de produtos, não constituem crédito para compensação com a TCFA - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental.

Art. 11. Ficam mantidas as disposições legais que contenham exigências próprias para o exercício de atividades específicas, bem como os dispositivos que exijam licença ambiental ou autorização florestal a serem expedidas pelo órgão competente.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VICTOR GRAEFF/RS, aos 23 dias do mês de Dezembro do ano de 2011.

PAULO LOPES GODOI
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº ____/____.
REGIME: URGÊNCIA.
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Prezados Vereadores e Vereadora:

O projeto de lei encaminhado a essa Egrégia Câmara de Vereadores Regulamenta no Município de Victor Graeff, a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA prevista na Lei Federal nº 6.938/81 e Lei Estadual nº 13.761/2011, e dá outras providências. Não se trata de novo Tributo, mas de captação pelo município de recursos já transferidos à União através da Lei Federal nº 10.165/2000.

A Lei Federal nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, bem como a Lei Estadual nº 13.761/2011 instituíram os Cadastros Técnicos Federal e Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, que têm por fim estabelecer um controle rigoroso das atividades que possam ser ambientalmente danosas ou que consumam recursos naturais de forma acentuada.

As referidas Leis, com suas alterações também instituíram, na seara federal e estadual, as respectivas Taxas de Controle e Fiscalização Ambiental –TCFA e TCFA -RS, com o objetivo de ampliar e qualificar o controle a fiscalização sobre essas atividades.

A criação do Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais tem o objetivo de instituir um banco de dados estadual, visando ao controle das atividades possivelmente danosas ao Meio Ambiente, e ainda, integrá-lo ao Cadastro Técnico Federal, criando assim, um banco de dados único para o Estado e os Municípios, integrado ao da União, a fim de agilizar e qualificar o controle, a fiscalização e o licenciamento ambiental no Estado.

Sábio o legislador estadual, quando no inciso III do art. 3º da Lei Estadual nº 13.761/2011, instituiu que o Estado é competente para orientar a participação dos municípios na atualização e integração do Cadastro Estadual.

A regulamentação da Taxa em comento no município de Victor Graeff vai permitir ao município participar da partilha dos recursos oriundos da TCFA na proporção de **50% do valor recolhido ao Estado do Rio Grande do Sul**, conforme prevê a Lei Federal e Estadual, sem, contudo, criar um novo tributo ou aumentar algum existente. Trata-se de uma taxa já instituída e atualmente arrecadada apenas pela União, por meio do IBAMA.

É imperioso que o Município crie a TCFA - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, para viabilizar a sua participação no recolhimento dos recursos já arrecadados com a TCFA federal e, no ano que vem, com a TCFA-RS.

A participação do Município, tanto no Cadastro Técnico, quanto na cobrança da TCFA - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, vai permitir ampliar a efetividade e a eficiência do controle e da fiscalização ambiental em Victor Graeff, sem onerar mais o contribuinte, tampouco o Estado, ocorrendo, em verdade, uma distribuição e utilização racional dos recursos já arrecadados.

A criação da TCFA - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental de que trata o presente projeto de lei traz importante contribuição no sentido de integrar o Município na rede de controle e fiscalização ambiental. O Município de Victor Graeff, pela proximidade com o cidadão e com os empreendimentos, ampliam a sua capacidade de controle e fiscalização ambiental, uma vez que poderá ter acesso aos recursos que viabilizarão essas atividades.

Por fim, salienta-se que a proposta deste projeto de lei foi elaborada em conjunto com a FAMURS, em consequência da necessidade de uniformização para os demais municípios do Rio Grande do Sul poderem articular-se entre si para a devida integração aos Cadastros Técnicos Estadual e Federal.

São estas, pois, senhores vereadores e vereadora, as razões que justificam a presente proposição, quando espero poder contar com a aprovação unânime dessa Casa de Leis ao P. Lei em discussão, trilhando assim novos caminhos na área do meio ambiente sustentável no município de Victor Graeff.

Prefeitura Municipal – Victor Graeff, aos 23 de dezembro de 2011.

PAULO LOPES GODOI
Prefeito Municipal

Anexo Único
(Sem convenio de delegação)
VALORES, EM REAIS, DEVIDOS POR
ESTABELECIMENTO, TRIMESTRALMENTE, A TÍTULO DE TCFA-MUNICIPAL

Potencial de Poluição, Grau de utilização de Recursos Naturais	Pessoa Física	Microempresa	Empresa de Pequeno Porte	Empresa de Médio Porte	Empresa de Grande Porte
Pequeno	-	-	33,75	67,50	135,00
Médio	-	-	54,00	108,00	270,00
Alto	-	15,00	67,50	135,00	670,00